



**LICENÇA DE OPERAÇÃO**

Processo LO N.º:  <b>38.105</b>	Ano:  <b>2019</b>	N.º da Licença Anterior  <b>LI/24.030/2018 RLO/2.224/2019</b>
---------------------------------------	-------------------------	---

Em consonância com a Lei n.º 055 de 19 de dezembro de 2002, regulamentada pelo Decreto 201 de 11 de abril de 2013, bem como em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica 002/2016, celebrado junto ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, o Instituto do Meio Ambiente de Dourados expede a presente licença ambiental:

Razão social: **SANCRISTO – COLETA DE RESÍDUOS EIRELI.**

Nome fantasia: **SANCRISTO – SAÚDE E MEIO AMBIENTE.**

CNPJ: **14.147.098/0001-19.**

Inscrição municipal: **Não informado.**

Inscrição estadual: **Não informado.**

Localização: **Rodovia BR 463, Km 12, Zona Rural, Dourados - MS.**

CEP: **79840-630.**

**Operar as atividades relativas à:**

Atividade: **Coleta, armazenamento temporário (transbordo), tratamento em incinerador, tratamento em autoclave, descontaminação de lâmpadas por bulbox e encaminhamento para disposição final de resíduos perigosos classe I e não perigosos classe II.**

Bacia hidrográfica: **Ivinhema/Paraná.**

Corpo receptor: **Córrego Água Boa.**

Área utilizada: **800,00 m².**

Coordenada geográfica: Lat: **22°15'35.29"S**

Long: **54°50'14.24"O**

**Condicionantes Gerais:**

1. O **IMAM** reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais exigir melhorias e/ou alterações nas instalações e operacionalização da atividade;
2. Qualquer alteração na Razão Social da Empresa deverá ser comunicada imediatamente ao **IMAM**;
3. Não será permitida alteração nem diversificação da atividade sem prévia autorização do **IMAM**;
4. Fica vedada a ampliação das instalações e implantação de novos equipamentos sem prévia autorização do **IMAM**;
5. O **IMAM**, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença quando ocorrer:  
I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;  
II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença;  
III - Superveniência a graves riscos ambientais e a saúde pública.
6. Fica vetada a disposição inadequada de resíduos de qualquer natureza ou estado físico em área de propriedade do empreendimento ou pertencente a terceiros;
7. Fica proibida a queima ao ar livre de resíduos de qualquer natureza ou estado físico, em área de propriedade do empreendimento ou pertencente a terceiros sem prévia autorização do **IMAM**.





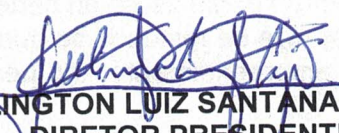
CONT. LO N.º 38.105/2019

**Condicionantes Específicas:**

1. Fica vetado causar incômodo por emissões de substâncias odoríferas que vão além dos limites da propriedade em que se localiza a fonte emissora, de acordo com o artigo 131, inciso XVI da Lei Complementar 055 de 2002;
2. Os sons e ruídos produzidos no empreendimento deverão atender os limites estabelecidos nas resoluções CONAMA nº 001/1990, bem como a NBR nº 10.151/2019 e NBR nº 10.152/2017;
3. Deverá apresentar o documento referente a finalização da análise da DURH012798 emitido pelo IMASUL, na renovação desta Licença (Decreto nº 13.990, de 2 de julho de 2014 que “Regulamenta a outorga de direito de uso dos recursos hídricos, de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul”);
4. Os resíduos comuns deverão ser acondicionados em sacos plásticos e enviados para a coleta pública municipal, não podendo ser dispostos em frente ao estabelecimento sem acondicionamento adequado;
5. Todas as lixeiras deverão estar identificadas de acordo com o resíduo acondicionado nas mesmas;
6. Realizar, anualmente a contar da data de assinatura desta Licença, o Plano de Treinamento Pessoal do Plano de Resposta a Incidentes Ambientais (PRIA), aplicado por profissional legalmente habilitado, para todos os funcionários do empreendimento visando orientar as medidas de prevenção de acidentes e ações cabíveis e imediatas para controle de situações de emergência e riscos, mantendo no empreendimento identificação visível do responsável pelo PRIA. Em casos de acidentes ou vazamentos acionar imediatamente o PRIA, bem como comunicar o órgão ambiental através do telefone (67) 3428-4970;
7. Foi apresentado o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde – PGRSS, que deverá ser implementado conforme modelo entregue ao IMAM, o qual possui a mesma validade da presente licença - 03 (três) anos a contar da expedição desta. Na renovação deverá apresentar todos os comprovantes das destinações finais dos Resíduos de Serviço de Saúde, frisando que pode o Instituto, a qualquer tempo e sempre que necessário, solicitar informações adicionais ao PGRSS;
8. Em caso de mudança do responsável pela execução do plano, deverá ser apresentado imediatamente o novo termo de responsabilidade;
9. O empreendimento somente poderá operar suas atividades no local mediante o cumprimento das condicionantes contidas nesta licença;
10. A concessão desta Licença deverá ser publicada em periódico de circulação local, num prazo de 15 (quinze) dias, conforme Lei complementar 055 de 19 de Dezembro de 2002 e Decreto Municipal 1022, de 15 de agosto de 2012, observando-se assim o princípio da publicidade. Os referidos editais de publicação deverão ser enviados a este Instituto, sob pena de suspensão desta Licença;
11. Esta Licença deverá permanecer em local visível do empreendimento, para efeito de fiscalização.

Esta Licença é válida por **03 (três) anos** a contar da data de sua assinatura e a renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de **120 (cento e vinte) dias** anterior ao seu vencimento.

Dourados MS, 08 de Abril de 2020.

  
**WELLINGTON LUIZ SANTANA LOPES**  
**DIRETOR PRESIDENTE**  
**IMAM – DOURADOS – MS**





# Renovação Licença de Operação

Processo Nº 71/400221/2018 RLO Nº: 228

Ano 2018

Nº Licença Anterior: LO 207

Data de Expedição: 02/06/2014

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014, EXPEDE a presente RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO – RLO, de acordo com a Lei nº 2.257, de 09/07/2001 e suas alterações posteriores, e normatizada através da Resolução SEMADE nº 09 de 13/05/2015..

**Requerente: OCA AMBIENTAL LTDA  
ME**

**CPF/CNPJ: 11993754000106**

**Endereço do Empreendimento: RODOVIA MS - 156, KM 12**

**Complemento: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**Bairro: ZONA RURAL**

**Município Dourados**

**CEP: 79804-970**

**UF: MS**

**Bacia Hidrográfica: Paraná/Rio Ivinhema**

**Corpo Receptor: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**Área Ocupada Prevista: 20 hectares**

**Área Total: 46,9 hectares**

**Atividade: 7.8.3 - ATERRO SANITÁRIO para Resíduos Sólidos Urbanos e Domiciliares – Classe II-A  
(não perigosos e não inertes) com capacidade de recebimento acima de 30 ton/dia até 80**

**capacidade:**

**VALIDADE LICENÇA: 4 ano(s)**

**coordenada S: 22°18'32,43"**

**coordenada W: 54°44'17,64"**

## Condicionantes Específicas:

1. Esta Licença autoriza a operação do empreendimento para as atividades: 7.8.3 – Aterro Sanitário para Resíduos Sólidos Urbanos e Domiciliares Classe II-A com capacidade de recebimento de até 80 ton/dia; 7.9.2 – Aterro para Resíduos de Serviço de Saúde Classe I com capacidade de recebimento de até 60 ton/dia; 7.11.1 – Aterro para Resíduos Industriais Classe I com capacidade de recebimento de até 20 ton/dia; 7.10.2 – Aterro para Resíduos Industriais Classe II-A e II-B com capacidade de recebimento de até 80 ton/dia; 7.12.1 – Aterro para Resíduos de Construção Civil e Demolição Classe II-B com capacidade de recebimento de até 80 ton/dia; 7.16.1 – Usina de Triagem e/ou Processamento de Resíduos Sólidos Urbanos – UPL com capacidade de recebimento até 30 ton/dia; 7.18.1 – Sistema de Compostagem Simples para Resíduos Sólidos Orgânicos – CLASSE II-A (NÃO INERTES) com capacidade de recebimento de acima 20 ton/dia; 7.21.1 – Eco-Pontos; 7.22.2 – Estação de Transbordo, Armazém ou Depósito Temporário de Resíduos Recicláveis ou Sucatas; 7.23.2 – Estação de Transbordo, Armazém ou Depósito Temporário de Resíduos Perigosos;

2. Considerando as variabilidades de alguns parâmetros encontradas nos relatórios de automonitoramento apresentados a este IMASUL, deverá apresentar no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura desta Licença, Relatório conclusivo contendo avaliação crítica da qualidade das águas subterrâneas na área do empreendimento através de três amostragens mensais coletadas no período de cheia e três amostragens mensais coletadas no período de seca, em conformidade com o estudo da disponibilidade hídrica da região através das estações fluviométricas da Agência Nacional das Águas – ANA. O relatório deverá realçar o comportamento daqueles parâmetros que apresentaram valores acima da média observada no histórico avaliado. Os parâmetros a serem monitorados nestas campanhas deverão ser: nível estático do poço; volume líquido da purga; temperatura do ar e da amostra, pH, DBO, Nitrogênio amoniacal, Nitrogênio orgânico, Nitrogênio Kjeldahl, Nitrito, Nitrato, Fósforo Total, Condutividade Elétrica, Sólidos Dissolvidos Totais, Coliformes Termotolerantes, Sulfato, Cloreto, Alumínio, Bário, Chumbo, Cobalto, Ferro, Manganês, Níquel, Sódio, Vanádio, Mercúrio, Cromo e Cádmio. Realizar a amostragem das águas subterrâneas através do método LowFlow;

3. Para que se possibilite uma amostragem correta e confiável, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, deverá verificar a necessidade de implantação de novos pontos de monitoramento. As zonas de interesse (montante e jusante) devem estar bem delimitadas para que na avaliação sejam coletadas amostras representativas;

instalados; CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS ÀS FLS 02/03.



**CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS RLO Nº 228/2018**

4. Deverá ser apresentado a este IMASUL/MS, Relatório Técnico semestral de execução do Plano de Automonitoramento - PAM, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após término da campanha, contados a partir da data de assinatura desta Licença, conforme monitoramentos e periodicidade de coletas abaixo descritas:

a. Monitoramento Geotécnico através do levantamento semestral da estabilidade do maciço incluindo avaliação de recalques e deslocamentos (verticais e horizontais), observados nos marcos instalados;

b. Eficiência do sistema de tratamento de chorume, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas trimestralmente na entrada e saída do sistema, contemplando os seguintes parâmetros: vazão de entrada e saída, temperatura do ar e da amostra, Ph, DBO e DQO;

c. Qualidade das águas subterrâneas, através de análises laboratoriais das amostras coletadas trimestralmente em poços de monitoramento locados à montante e jusante da célula em operação, contemplando os seguintes parâmetros: nível estático do poço; volume líquido da purga; temperatura do ar e da amostra, Ph, DBO, DQO, Nitrogênio amoniacal, Nitrogênio Kjeldahl, Nitrito, Nitrato, Coliformes Termotolerantes, Sulfato, Cloreto, Fósforo Total, Chumbo, Zinco e Cromo;

d. As amostras deverão ser coletadas por profissional devidamente habilitado e estarem acompanhadas de Cadeia de Custódia. Os boletins analíticos deverão ser emitidos por laboratório devidamente credenciado junto a este IMASUL/MS;

e. O Relatório deverá informar, para cada monitoramento realizado, tipo e local de amostragem com as respectivas coordenadas geográficas. O relatório técnico deverá conter avaliação crítica através da interpretação e análise comparativa dos resultados obtidos; atendimento à legislação aplicável; conclusões e proposição de medidas e ações remediadoras caso sejam constatadas desconformidades, bem como todas as demais considerações pertinentes decorrentes dos resultados obtidos;

f. Apresentar cópia desta Licença junto ao protocolo de cada Relatório de Monitoramento.

5. As operações de disposição, espalhamento, compactação e recobrimento de resíduos sólidos domiciliares deverão ser executadas imediatamente após a recepção, de forma a não permanecerem resíduos descobertos no final de cada jornada de trabalho, executadas em uma única frente de trabalho, com compactação mecânica ascendente e recobrimento com adequada camada de solo;

6. Ficam proibidas as emissões de substâncias odoríferas, material particulado e queima ao ar livre de resíduos de qualquer natureza, em qualquer estado;

7. A operação da atividade deverá assegurar condições que permitam a disposição adequada dos resíduos sólidos e recirculação de efluentes, de maneira a não contaminar a atmosfera, o solo e os corpos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;

8. A técnica de recirculação do chorume deverá garantir a umidade adequada da massa de resíduos de forma a não prejudicar a estabilidade geotécnica da célula;

9. Esta licença aprova a viabilidade ambiental do empreendimento e não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, anuências, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual, municipal ou de particulares;

10. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto / execução / operação do empreendimento;

11. O empreendimento deverá operar em conformidade com os Planos e Projetos Técnicos e Sistema de Controle Ambiental – (S.C.A.) apresentados a este Instituto e todas as medidas mitigadoras propostas deverão ser adotadas;

12. O empreendimento deverá permanecer em condições adequadas de organização e limpeza;

13. Deverá manter a cortina arbórea no entorno do empreendimento;

14. Fica proibido o lançamento de chorume “in natura” diretamente no solo;

15. Deverá manter as vias de acesso ao empreendimento em boas condições de tráfego;

16. Deverá atender as disposições das Especificações de Proteção contra Incêndios aprovadas pelo Decreto nº 5.672, de 22 de outubro de 1990 e suas alterações, e Lei Estadual nº 4.335, de 10 de abril de 2013.

17. Deverá adotar medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos.

## CONDICIONANTES GERAIS DA RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 228 / 2018

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
3. O IMASUL/SEMAGRO/MS reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
4. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente ao IMASUL/SEMAGRO/MS;
5. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este IMASUL/SEMAGRO/MS;
6. Esta licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
7. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
  - I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
  - II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
  - III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 4 ano(s) da data da assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias anterior ao seu vencimento

Campo Grande,

29 AGO 2018

Ricardo Eboli Gonçalves Ferreira  
Diretor Presidente  
IMASUL

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL



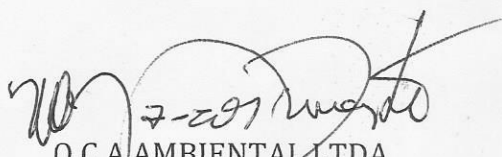
**O C A AMBIENTAL LTDA**, CNPJ Nº 11.993.754/0001-06, sediada na Rodovia MS-156, KM 12 (a esquerda), S/Nº, Zona Rural na Cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato representada por seu Representante Legal Infra-Assinado, DECLARA que tem firmado Contrato de Prestação de Serviço de Disposição Final de Resíduos Classe I e II com a empresa **SANCRISTO COLETA DE RESÍDUOS EIRELI**, com o CNPJ Nº 14.147.098/0001-19, sediada na Rodovia BR 463, KM 12, Zona Rural – CEP 79.804-970 na Cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

**Validade:** até 31 de Março de 2022.

Sem mais, esperando ter sido suficientemente claro, disponho-me a qualquer eventualidade a respeito do assunto retro qualificado.

Atenciosamente

Dourados - MS, 01 de abril de 2021.



O C A AMBIENTAL LTDA  
*Marcos Duarte*  
Engº Sanitarista  
CREA/MS 1990-D



**Autorização Ambiental para o Transporte  
Interestadual de Produtos Perigosos**

**Modal Rodoviário**

**Dados da Pessoa/Empresa**

N.º de registro no Banco de Dados: 6197530	CPF/CNPJ: 14.147.098/0001-19	Emitido em: 25/05/2021	Válido até: 25/08/2021
Nome/Razão Social/Endereço: SANCRISTO - COLETA DE RESIDUOS EIRELI RODOVIA - BR 463 ZONA RURAL DOURADOS/MS 79804-970			
Esta autorização não substitui o certificado de regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal.			

**Dados sobre o Transporte**

Veículos		
Placa	Nº RNTRC	Tipo
AEM4216	N/A	Caminhão
AEM4216	N/A	Caminhão
AIE4792	N/A	Caminhão
AMB5761	N/A	Veículo
AOT3438	N/A	Veículo
ATF6726	N/A	Veículo
AUH2961	N/A	Veículo
AXQ8862	N/A	Caminhão
AYF7294	N/A	Veículo
AYP9959	N/A	Caminhão
AYT2780	N/A	Veículo
AZE6743	N/A	Caminhão
AZR8651	N/A	Veículo
AZU8657	N/A	Caminhão
BAQ3012	N/A	Caminhão
BAQ3013	N/A	Caminhão
BBK6705	N/A	Caminhão
BBK6705	N/A	Caminhão



**Autorização Ambiental para o Transporte  
Interestadual de Produtos Perigosos**

BBN8147	N/A	Caminhão
BDB1H63	N/A	Caminhão
BSF9330	N/A	Caminhão
BXB0545	N/A	Caminhão
OOP8812	N/A	Caminhão
QAE8825	N/A	Caminhão
QAL4504	N/A	Veículo

**Classes de Risco (Res. ANTT 420 / 2004)**

Classe 6: Substâncias Tóxicas e Substâncias Infectantes

Classe 9: Substâncias e Artigos Perigosos Diversos

**ATENÇÃO: transporte de materiais radioativos e nucleares (CLASSE 7) deverá continuar atendendo ao Termo de Referência celebrado entre o IBAMA e a CNEN, que trata de licenciamento específico para este transporte.**

**Estados de Atuação (Origens, Destinos e Rotas)**

RO; AC; AM; RR; PA; AP; TO; MA; PI; CE; RN; PB; PE; AL; SE; BA; MG; ES; RJ; SP; PR; SC; RS; MS; MT; GO; DF;

**Empresa(s) contratada(s) para realizar(em) atendimento a emergências ambientais**

SANCRISTO SAUDE E MEIO AMBIENTE LTDA : (0xx44) 3631-1829;

A autenticidade deste documento pode ser verificada no sitio: [http://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/produtos\\_perigosos](http://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/produtos_perigosos)

Observações: Modal Rodoviário

1 - Fica o Transportador Interestadual de Produtos Perigosos obrigado a disponibilizar cópia deste Documento em cada um dos veículos de sua frota.

2 - Este Documento não desobriga o Transportador de Produtos Perigosos a seguir as demais normas, leis e regulamentos referentes ao transporte de produtos perigosos nas esferas municipais, estaduais e federais.

3 - Este documento não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.

**Autenticação**

UMQV.7FVR.L6VY.NHJU